

CADERNO TEOLÓGICO

Religião, democracia e direitos humanos

periodicos.pucpr.br/cadernoteologico




Gênero e Meio Ambiente: Um diálogo necessário

Gender and Environment: A Necessary Dialogue

Claudia Carolina Guadagnin^[a]  <https://orcid.org/0009-0008-3826-7604>

Curitiba, Paraná, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Mably Rosalina Fernandes^[a]  <https://orcid.org/0009-0008-1059-171X>

Curitiba, Paraná, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Como citar: GUADAGNIN, Claudia Carolina, FERNANDES, Mably Rosalina. Gênero e Meio Ambiente: Um diálogo necessário. *Caderno Teológico, Religião Democracia e Direitos Humanos*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 10, n. 1, p. 122-128, jan./jun, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7213/2318-8065.10.01.p122-128>

Resumo

O mundo enfrenta graves consequências decorrentes da intensificação das mudanças climáticas e do desrespeito ao patrimônio natural. Torna-se cada vez mais evidente que o tempo para reverter esse cenário, que impactará especialmente as futuras gerações, é limitado. Este artigo propõe uma reflexão sobre as razões históricas que levaram a humanidade a se distanciar de sua relação próxima com a natureza, recuperando a ideia de que a adoração a um Deus único e masculino contribuiu para o abandono do culto à Deusa. Tal mudança cultural resultou no rompimento da visão de interdependência entre ser humano e meio ambiente, transformando a natureza em objeto de exploração e degradação. Assim, revisitar a história das mulheres e reconstruir seu passado sob uma ótica feminina pode oferecer insights sobre as relações de gênero na contemporaneidade e contribuir para a construção de novos padrões societários. Além disso, essa perspectiva pode auxiliar na restauração de uma relação equilibrada e respeitosa entre ser humano e natureza, promovendo políticas públicas que visem um desenvolvimento humano global sustentável e consciente. Portanto, a reconstrução do passado

(a) Claudia Carolina Guadagnin, <https://orcid.org/0009-0008-3826-7604>, CV: <http://lattes.cnpq.br/3490721262805102> e-mail: clauguadagnin@gmail.com

(b) Mably Rosalina Fernandes. <https://orcid.org/0009-0008-1059-171X>, email: mably.adv@gmail.com

pela ótica feminina surge como alternativa relevante para redefinir as relações entre os sexos e com o meio ambiente no contexto atual.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Igualdade de gênero. Feminismo.

Abstract

The world faces severe consequences resulting from the intensification of climate change effects and the disregard for natural public heritage. It is increasingly evident that the time to reverse this scenario, which will primarily impact future generations, is limited. This article reflects on the historical reasons that led humanity to distance itself from a close relationship with nature, revisiting the idea that the worship of a single, male God contributed to the abandonment of reverence for the Goddess. This cultural shift disrupted the perception of interdependence between humans and the natural world, which became subject to exploitation and degradation. Revisiting women's history and reconstructing it through a feminine lens could provide valuable insights into current gender relations and foster the development of new societal standards. Additionally, this approach could help restore a balanced and respectful relationship between humans and nature by promoting public policies aimed at achieving global sustainable, responsible, and conscious human development across generations. Reconstructing the past through a feminine perspective thus emerges as a significant alternative for redefining gender relations and humanity's connection with the natural world in the contemporary context.

Keywords: Environment. Gender Equality. Feminism.

Introdução

As crises ambientais contemporâneas, agravadas pelas mudanças climáticas e pela exploração desmedida dos recursos naturais, demonstram a urgência de uma reflexão aprofundada sobre a relação entre a humanidade e o meio ambiente. No entanto, essa problemática não pode ser analisada de forma isolada, uma vez que as disparidades de gênero influenciam diretamente na maneira como diferentes grupos sociais experienciam e respondem às questões ambientais. A desigualdade de gênero, historicamente construída e enraizada em nossa sociedade patriarcal, revela-se como um ponto de análise na exploração tanto da natureza quanto das mulheres, ambas frequentemente vistas como passíveis de dominação.

Este artigo explora as interseções entre gênero e meio ambiente, utilizando uma metodologia baseada na revisão bibliográfica. A pesquisa foi construída através de textos históricos e religiosos e textos contemporâneos, que destacam como a subordinação feminina está intrinsecamente relacionada à forma como o meio ambiente foi tratado ao longo dos séculos. A estrutura do trabalho é organizada em capítulos que, inicialmente, discutem a relação entre gênero e meio ambiente, e, em seguida, analisam o distanciamento crescente entre o ser humano e a natureza, impulsionado por narrativas culturais e religiosas que reforçaram a visão de dominação.

Dessa forma, o artigo sugere que a recuperação da história das mulheres, sob uma perspectiva crítica e emancipadora, pode contribuir significativamente para a criação de novos paradigmas sociais e ambientais. Ao repensar as relações de gênero e incluir uma abordagem de equidade nas políticas públicas, torna-se possível promover um desenvolvimento sustentável, consciente e intergeracional, que restaure a harmonia entre a humanidade e o meio ambiente.

Bases Históricas da Relação entre Gênero e Meio Ambiente

O meio ambiente é, sem dúvidas, uma preocupação mundial, afinal de contas, o planeta onde vivemos clama por socorro para continuar existindo. Os recursos naturais que, historicamente, foram tratados como infinitos se revelam cada dia mais finitos. O prazo para esgotamento – os desequilíbrios climáticos extremos já mostram – é

próximo. Nessa perspectiva, o Santo Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato Si'* (2015, n. 2), alerta que a visão humana de domínio absoluto sobre a criação resultou em degradação do solo, da água, do ar e da vida em geral. O pontífice recorda ainda que a própria terra, submetida à exploração, sofre e geme como em dores de parto, lembrando-nos de que o ser humano é parte intrínseca dela, formado por seus elementos e dependente do ar e da água para viver.

Todavia, essa crise não pode ser compreendida de maneira neutra: em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, a preservação ambiental precisa também ser analisada sob essa ótica. Thomas Laqueur (2001) demonstra que a distinção entre os sexos não é natural, mas historicamente construída. Para ele, o corpo, longe de ser um dado fixo, é produzido por contextos sociais e culturais específicos, o que revela como as diferenças biológicas foram reinterpretadas para legitimar relações de poder. Essa construção histórica conecta-se à forma como as mulheres foram simbolicamente associadas à natureza — ambas vistas como passíveis de domínio.

Nesse sentido, Perrot (1988) observa que desde o Gênesis multiplicaram-se representações que apresentavam a mulher como figura sedutora e perigosa, justificando sua exclusão de espaços de decisão. Barros (2001), ao analisar textos bíblicos, reforça que a mulher foi concebida como auxiliar e subordinada ao homem, destinada às tarefas domésticas e afastada dos campos filosóficos e religiosos. Essas leituras, ao naturalizar a inferioridade feminina, contribuíram para consolidar um modelo social no qual a dominação masculina se estendeu também à natureza.

Complementando essa discussão, Joan Scott (1995) propõe compreender o gênero como categoria analítica, destacando que diferentes correntes — do feminismo inicial ao pós-estruturalismo — buscaram explicar como identidades de gênero são produzidas e reproduzidas socialmente. Essa perspectiva é fundamental para entender que a desigualdade de gênero não é apenas uma questão de papéis sociais, mas atravessa instituições, discursos e práticas, inclusive aquelas ligadas à governança ambiental.

A autora parte do pressuposto que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...]” (SCOTT, 1990, p. 14).

Já para o autor Pierre Bourdieu (1999, p. 33/34), o gênero pode ser definido como:

- uma estrutura de dominação simbólica androcêntrica, isto é, centrada em normas e valores masculinos;
- um habitus, isto é, uma estrutura psicossomática, dominante ou dominado;
- um princípio de divisão, segundo o qual a ordem social se divide em campos distintos, masculino/feminino, as identidades sociais se constituem como pares opostos e dicotômicos, e os sujeitos aprendem a ver tais divisões como naturais e a se construir e posicionarem em conformidade com elas.

Diversos são os exemplos do quanto essa diferença biológica e de gênero atravessa a individualidade do ser humano em nossa sociedade, resultando em uma desigualdade social. No seio da estrutura familiar, por exemplo, o trabalho doméstico não é considerado como uma atividade de todos os indivíduos que habitam o lar, correspondendo tão somente a uma “obrigação” familiar que está atrelada apenas às mulheres (HERRERA, 2009, p. 38).

Quando a diferença de gênero ultrapassa o campo da diferença e nasce uma desigualdade social, surgem os movimentos para que essa equidade social seja de fato conquistada. São os movimentos que buscam igualdade de gênero entre mulheres e homens, denominados “movimentos feministas”.

De acordo com Tardin, Barbosa e Leal (2015), o movimento feminista pode ser compreendido em diferentes fases, chamadas de ondas. A primeira delas ocorreu no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sendo marcada pela luta pelo direito ao voto feminino e, de forma mais ampla, pelo reconhecimento da cidadania das mulheres. Nesse período, as reivindicações se concentraram no acesso à educação em condições iguais às dos homens, na possibilidade de participação política efetiva e, posteriormente, na ocupação dos mesmos cargos no

espaço público. Também se destacou a defesa do direito ao trabalho remunerado, com salários compatíveis àqueles recebidos pelos homens quando exerciam a mesma função.

Essa mobilização, no entanto, foi recebida de maneira bastante negativa pela sociedade da época, que ainda esperava que as mulheres permanecessem restritas ao ambiente doméstico. As que ousaram lutar por igualdade foram frequentemente ridicularizadas e alvo de estigmatização, sendo chamadas de mal-amadas, solteironas ou acusadas de quererem assumir características masculinas. A reação social contrária revela que, mesmo quando limitadas a direitos básicos de cidadania, as demandas da primeira onda feminista representaram um desafio direto à ordem patriarcal vigente, ao questionarem papéis tradicionalmente impostos às mulheres.

Na perspectiva dos direitos humanos, Hofbauer (2011) ressalta que todas as sociedades constroem formas próprias de reconhecer e classificar diferenças entre os indivíduos. Essas distinções podem assumir múltiplas naturezas, como características físicas e fenotípicas, habilidades e limitações específicas, variações de idade ou de gênero, além de aspectos ligados ao status e ao poder. Contudo, o modo como tais diferenças são percebidas e avaliadas não é universal: o que uma sociedade entende como legítimo ou justo pode ser visto por outra como injusto ou discriminatório.

Além dessa variação entre culturas, o autor observa que também existem disputas internas em cada sociedade acerca da relevância e da legitimidade de determinadas distinções. Enquanto alguns grupos defendem que certas diferenças devem ser aceitas e até valorizadas como fundamentais para a coesão social, outros as interpretam como fontes de exclusão e desigualdade. Em meio a essas tensões, formam-se discursos hegemônicos que tendem a naturalizar ou justificar determinadas classificações, apresentando-as como necessárias à ordem social. Dessa forma, diferenças específicas podem ser concebidas como positivas, benignas ou úteis para a integridade coletiva, ao passo que outras são qualificadas como negativas, imorais ou mesmo como desigualdades inaceitáveis.

Essa análise evidencia que as noções de justiça e de equidade, em qualquer contexto social, não são fixas ou neutras, mas construídas a partir de cosmologias, ideologias e disputas de poder que definem quais diferenças serão aceitas e quais se converterão em mecanismos de hierarquização e exclusão.

Historicamente falando, a partir da segunda metade do século XX, através das emergentes lutas das mulheres e também de outros grupos classificados como minorias, buscou-se uma nova tendência de projeto de modernidade, em que se acentuava que havia outras diferenças nas sociedades modernas capitalistas além das classes sociais (HOFBAUER, 2011, p. 79).

Nesse contexto, José D' Assunção Barros (2006, p. 210), busca conceituar essas diferenças supramencionadas como uma desigualdade propriamente dita, senão vejamos:

Um último exemplo permite entender que a Diferença também pode ser lida como Desigualdade para atender a determinados projetos sociais de dominação. Na filosofia da primeira Idade Média, teve ocorrência a ideia de que a Mulher era um Homem incompleto (assim como a de que a Criança é um adulto incipiente). Percebe-se que aqui uma Diferença sexual natural bastante evidente é relida como uma Desigualdade na origem. Segundo as implicações desta hoje estranha perspectiva sobre os sexos, a própria Natureza teria tratado desigualmente os seres em sua origem, gerando uns que são completos e outros que são incompletos. Cria-se aí uma hierarquia "natural", que reforça as hierarquias sociais e políticas, em que o completo está acima do incompleto, ou o Homem acima da Mulher.

Ainda, da leitura dos autores acima elencados extrai-se que essa diferença, que pode gerar uma violenta desigualdade social e (no caso das mulheres, já na primeira Idade Média acreditava-se que a mulher era um homem incompleto), tal base faz com que se possa pensar como uma diferença biológica pode fazer com que uma crença popular inferiorize determinado sexo e faça com que uma diferença vire uma desigualdade social que acompanha a humanidade até os dias de hoje.

Ao discutir a historicidade das diferenças, Barros (2006) destaca que aquilo que uma sociedade escolhe reconhecer como diferença relevante é sempre resultado de um processo histórico e cultural, mesmo quando se trata de aspectos aparentemente naturais. Embora distinções como sexo e idade se imponham de forma mais evidente, há inúmeras outras características biológicas que podem ou não ser socialmente valorizadas. Dentro da diversidade da espécie humana, multiplicam-se possibilidades de distinções — de ordem natural ou cultural — mas nem todas se convertem em diferenças sociais. Muitas permanecem apenas como variações, sem se transformar em critérios de estratificação, discriminação ou identidade coletiva.

Essas diferenças na sociedade também formam uma diferença na percepção ambiental de mulheres e homens. A subordinação da mulher e o sistema patriarcal trazem reflexos para questão ambiental. Nessa área, é latente a necessidade de políticas públicas e ambientais que tragam em sua formação essa percepção da diferenciação do gênero, buscando igualdade e sustentabilidade.

No artigo “Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais”, publicado na revista *Ártemis* em dezembro de 2005, Rosalira Oliveira, antropóloga e professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), explora a trajetória histórica do culto ao divino feminino. A autora enfatiza que esse culto, um dos mais antigos documentados na história da humanidade, desempenha um papel fundamental na compreensão das dinâmicas culturais e religiosas que moldaram diferentes sociedades ao longo dos séculos, destacando sua continuidade e ressignificação nos dias atuais.

Rosalira Oliveira revisita teorias arqueológicas e históricas que tratam da adoração ao divino feminino na pré-história, explicando como a transição para o monoteísmo, centrado na figura de um Deus único masculino, afastou a humanidade do culto à Deusa. Esse distanciamento resultou em uma ruptura significativa na relação entre o ser humano e a natureza, que, ao deixar de ser vista como parte de uma interdependência essencial, passou a ser explorada e degradada de maneira abusiva. A autora argumenta que a adoção da crença em um Deus único impôs uma estrutura hierárquica em que o homem, criado à imagem desse Deus, passou a se considerar superior à natureza e, conseqüentemente, responsável por dominá-la (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

Intersecção entre Gênero e Meio Ambiente

Ao longo do percurso de percepção ambiental, a luta feminista foi claramente perceptível em diversos casos — sendo ímpar para a construção histórica da temática o caso Green Belt Movement, que foi liderado por Wangari Maathai, um programa rural de plantação de árvores que transformou as reformas democráticas nos Estados Unidos (PUREZA; NUNES; MOURA, 2001, p. 8).

Sobre essas lutas por políticas públicas ambientais voltadas para as mulheres, outro movimento emblemático foi o “Movimento Cinturão Verde”, sobre o tema (PUREZA; NUNES; MOURA, 2001, p. 8/9):

O Movimento Cinturão Verde assumiu-se sempre como um programa de mulheres, e foi organizado através do Conselho Nacional da Mulher. O seu objetivo era o de resolver o problema de combustível nas zonas rurais, assim como prevenir a desertificação e a erosão do solo, rodeando cada aldeia com um “cinturão verde” de pelo menos mil árvores. [...].

Em meados da década de 80 tinham sido criados 600 viveiros, que empregavam duas a três mil mulheres, e tinha-se plantado mais de um milhão de árvores. O conceito de gênero ganha um novo rumo quando é ligado às questões ambientais. Isso se dá porque da vivência e incorporação de ações de homens e de mulheres nas políticas e nos programas nasce a necessidade de que as políticas públicas sejam efetivamente concretas e, assim, possam garantir uma participação mais efetiva para alcançar um desenvolvimento humano sustentável (CASTRO e ABRAMOVAY, 2005, p. 38).

Para Rosalira, autora do artigo já mencionado “Em nome da mãe”, a recuperação da história das mulheres e a reconstrução do passado pela ótica feminina têm muito a dizer aos homens e mulheres de hoje. Ela acredita que isso pode oferecer uma alternativa para as relações entre os sexos no mundo contemporâneo e contribuir para criar novos padrões de relacionamento entre o homem e o mundo natural.

Segundo ela, a história tradicional tem ignorado ou marginalizado as mulheres e apresentado a dominação masculina como a norma desde a origem da humanidade até os dias de hoje. Desse modo, diz a autora, a história se apresenta como uma narrativa patriarcal do modo como as coisas sempre foram e também como uma justificativa para a sua continuação nos mesmos moldes.

A restauração do princípio feminino fundamenta-se na ideia de totalidade. Envolve resgatar, tanto na Natureza quanto na mulher, no homem e nas diversas formas criativas de existir e perceber o mundo. No que se refere à Natureza, implica enxergá-la como um organismo vivo e interdependente. Quanto à mulher, é preciso valorizá-la como agente ativa e produtiva. Em relação ao homem, a recuperação do princípio feminino exige a redefinição de suas ações, de modo a promover a construção de sociedades que protejam e cultivem a vida, em vez de restringi-la ou ameaçá-la (SHIVA, 1991, p. 77).

É fato que são muitas as lutas necessárias para assegurar igualdade entre os gêneros na maioria dos países do mundo, mas avanços, mesmo que iniciais em relação aos que podem vir a ser aproveitados, já foram conquistados. No caso do Brasil, por meio da busca da emancipação feminina, houve no país, vale lembrar, uma resposta Estatal com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Conforme esculpido já no início do texto legal, a Carta Magna adotou em um dos seus fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana e, com isso, traçou como objetivo fundamental a promoção da igualdade de origem, raça, sexo, cor e idade. Esse marco político-democrático é apenas um exemplo que reforçou o surgimento de políticas públicas voltadas para o alcance dessa igualdade; uma batalha que, até hoje, permanece tão necessária e urgente quanto desafiadora não só no Brasil como em todo o mundo.

Conclusões

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam a indissociabilidade entre as questões de gênero e as problemáticas ambientais no contexto contemporâneo. A desigualdade de gênero, historicamente construída e enraizada em nossas sociedades patriarcais, não apenas moldaram as relações sociais entre homens e mulheres, mas também influenciaram profundamente a forma como a humanidade se relaciona com o meio ambiente. Por conseguinte, essa interconexão demonstra que o debate sobre sustentabilidade e preservação ambiental não pode ser desvinculado das discussões sobre equidade de gênero.

A recuperação da história das mulheres sob uma perspectiva crítica e emancipadora revela-se como uma ferramenta poderosa para a formulação de novos paradigmas sociais e ambientais. Ao repensar as relações de poder que subjagam tanto as mulheres quanto a natureza, abre-se espaço para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e justas, que contemplem a diversidade de experiências e necessidades de todos os grupos sociais. A inserção de uma perspectiva de gênero nas discussões sobre meio ambiente permite uma análise mais aprofundada das desigualdades estruturais e oferece caminhos mais abrangentes para a superação dos desafios ambientais.

Nesse sentido, é imperativo que as políticas públicas ambientais sejam reformuladas para incorporar também a equidade de gênero como eixo central. Apenas por meio de uma abordagem holística, que reconheça e valorize a participação ativa de mulheres e homens na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, será possível promover uma transformação efetiva. A restauração do princípio feminino, como discutido ao longo do texto, propõe uma visão integradora e interdependente da relação entre seres humanos e natureza, enfatizando a importância da proteção e da valorização da vida em todas as suas formas.

As lutas feministas, aliadas ao ativismo ambiental, ofereceram uma importante contribuição para a criação de sociedades mais inclusivas, solidárias e comprometidas com a preservação do planeta para as gerações vindouras.

E assim fica evidenciado que a incorporação de uma perspectiva de gênero nas políticas ambientais não é apenas necessária, mas urgente, pois constitui uma condição *sine qua non* para a construção de um futuro sustentável, justo e equitativo.

Referências

BARROS, José D' Assunção. *Igualdade, desigualdade e diferença: contribuições para uma abordagem semiótica das três noções*. Disponível em: . Acesso em: 04/06/2024.

BARROS, M. N. Alvim de. *As Deusas, as Bruxas e a Igreja: Séculos de Perseguição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e meio ambiente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FLORES, Joaquín Herrera. *A reinvenção dos direitos humanos*. Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOFBAUER, Andreas. *Cultura, diferença e (des) igualdade*. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/21>. Acesso em 20/11/2023.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-Francisco). *Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum*. Vaticano, Roma, 24 maio 2015. São Paulo: Paulinas, 2015.

LAQUEUR, T. *A invenção do sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PUREZA, J. M.; NUNES, J. A.; MOURA, T. *Projecto: conhecimento crítico e movimentos ambientalistas. O ecofeminismo entre o Norte e o Sul*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

OLIVEIRA, Rosalira. *Em nome da mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais*. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2200>
<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/21>. Acesso em 20/11/2023.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. jul/dez 1995.

SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia* (trad. Ana E. Guyer e Beatriz Sosa Martinez). Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

TARDIN, Elaine Borges; BARBOSA, Murilo Tebaldi; LEAL, Polliana da Costa Alberone. *Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil*. Revista Transformar, n. 7, 2015.